Engevix Engenharia S.A.

Alameda Araguaia, 3571 – CEP 06455-000 – Centro Empresarial Tamboré – Barueri-SP – Tel.: (11) 2106-0100
CNPJ/MF nº 00.103.582/0001-31 – NIRE 35.300.190.505

Relatório da Administração

O ano de 2009 iniciou-se sob os efeitos da crise mundial, que afetaram profundamente os negócios no Brasil pela drástica redução de demanda e pela forte restrição ao crédito. As medidas anti-cíclicas adotadas pelo governo permitiram que a partir do segundo trimestre do ano as atividades se normalizassem e o crescimento econômico fosse retomado, não sem que o ano se encerrasse com uma redução de 0,2% do Produto Interno Bruto.

Nestas circunstâncias, a Engevix atingiu um bom desempenho, pois embora sua receita operacional tenha sido reduzida de R$ 1,6 bilhão em 2008 para 1,4 bilhão em 2009, seu lucro líquido cresceu de R$ 93,3 milhões para R$ 141,5 milhões, e, principalmente, sua carteira de contratos a executar passou de R$ 2,2 bilhões para R$ 3,0 bilhões, garantindo assim o desempenho da empresa nos próximos dois anos. Em 09 de março de 2010 a Engevix completou 45 anos de atividades ininterruptas como prestadora de serviços de engenharia, e desde a sua aquisição pelos seus executivos Cristiano Kok, Gerson de Mello Almada e José Antunes Sobrinho, em junho de 1997, experimentou um forte crescimento, com média anual de 30%, graças à diversificação de sua atuação, tanto pelo ingresso no segmento de óleo e gás quanto pela prestação de serviços na modalidade de empreitada integral. Foram marcantes no exercício o início da operação comercial da UHE Alzir dos Santos Antunes, com 74 MW no rio Passo Fundo – RS, de propriedade da DESENVIX, a primeira usina hidrelétrica totalmente concebida, projetada e construída pela Engevix e de propriedade do Grupo e a inauguração, em março de 2009, da primeira fase do pólo de tratamento de gás de Cacimbas (Cacimbas II), situado em Linhares-ES, empreendimento que marcou o sucesso da maior empreitada integral conduzida pela empresa. Novas perspectivas se abriram para os próximos anos com o sucesso em duas importantes licitações promovidas pela Petrobrás – a construção de oito cascos para plataformas de petróleo do pré-sal e a prestação de serviços de manutenção de plataformas da Bacia de Campos, o que conduziu o Grupo a adquirir as instalações da AIBEL em Macaé, habilitando a empresa a atuar neste importante e novo segmento de Construções Oceânicas. A Engevix também atua nas usinas do rio Madeira, fazendo a engenharia do proprietário para a UHE Santo Antonio e o fornecimento de auxiliares mecânicos para a UHE Jirau, mantendo sua tradição de forte atuação no setor de geração hidrelétrica. A empresa passou a participar com 22% da ViaBahia, concessão de empreendimento rodoviário em sociedade com a Encalso (23%) e Isolux (45%) e que já é responsável pela operação de cerca de 500 km de rodovias federais na Bahia, que serão duplicadas e modernizadas nos próximos anos. Ao final de 2009 a DESENVIX e a FUNCEF fizeram uma parceria e constituíram a CEVIX - Energias Renováveis S/A que assumiu os empreendimentos já em operação, no âmbito da DESENVIX (Monel, Santa Rosa, Santa Laura e Esmeralda com 140 MW) e será responsável pela construção de Moinho, Passos Maia e Parques Eólicos da Bahia, além de outros empreendimentos, com recursos que atingem R$ 260 milhões e permitirão a implantação de cerca de 200 MW de novas usinas de energia renovável. Nestas novas usinas a Engevix deverá se responsabilizar pela empreitada integral. Com a vitória em leilões para implantação de usinas eólicas e linhas de transmissão, em dezembro de 2009, o grupo está estruturando novos negócios que também gerarão importantes empreitadas integrais para a Engevix. Para sustentar estas perspectivas de crescimento foi adquirido um imóvel em construção em Florianópolis, com 8.000 m2, cuja entrega está prevista para o final de 2011 e concluído o projeto para a construção de um novo prédio, vizinho à sede atual, em Barueri, com 12.000 m2 de área construída, que também deverá estar concluído em final de 2011, o que permitirá à empresa estar com seus principais escritórios instalados em prédios de propriedade do grupo. Ao final de 2009 a Engevix foi reestruturada, com a criação de seis vice-presidências, sendo cinco responsáveis por unidades de negócio (indústrias, infra-estrutura e edificações, construções oceânicas, engenharia e gerenciamento de energia e recursos hídricos e construções de energia e recursos hídricos) e uma vice-presidência de administração , finanças e relações com investidores. Foi também criada uma diretoria de recursos humanos, responsável pelas políticas de gestão do capital intelectual da empresa e foi concluída a seleção de um sistema para gestão integrada (ERP), tendo sido adotada a solução Oracle, cuja implantação deverá estar concluída em novembro de 2010. O Conselho de Administração manteve a sua rotina de reuniões mensais e passou a contar com a participação do doutor em economia José Augusto Savasini, que substituiu o professor Affonso Celso Pastore , que renunciou, por razões particulares, em julho de 2009, após relevantes serviços prestados para a Engevix. As perspectivas para os próximos anos são otimistas. O Brasil deverá investir em sua infraestrutura, o que irá gerar grandes oportunidades de negócio em diversas áreas. Na área de transportes de passageiros (aeroportos, metrôs, trens metropolitanos, monotrilhos e veículos leves sobre trilhos e outros) que serão utilizados na Copa do Mundo de Futebol e nos Jogos Olímpicos, a empresa possui experiência e atestados de execução de inúmeros trabalhos. Em transportes de cargas, a infraestrutura de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos irá exigir investimentos para reduzir o custo Brasil, e a Engevix está preparada para atender as demandas associadas. No campo da energia, as fontes renováveis ganharão grande impulso, pela demanda mundial de redução de emissão de carbono, e esta tecnologia está completamente dominada pela Engevix. O segmento de óleo e gás, graças aos investimentos no pré-sal, terá um novo salto e a ECOVIX - Engevix Construções Oceânicas S/A estará preparada para os desafios tecnológicos que virão. A atuação da empresa no mercado externo, em particular nas Américas e no sul da África, contribuirá para este crescimento e consolidação previstos.

Barueri-SP, 19 de abril de 2010. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 2008 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	2009	2008
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.568	45.690
Contas a receber de clientes	5	300.285	163.284
Estoques	6	101.289	22.054
Tributos a recuperar	7	47.595	58.246
Outros créditos	8	13.069	61.538
		533.806	350.812
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	9	8.234	1.183
Outros créditos	8	350	386
		8.584	1.569
Investimentos	10	16.033	5.804
Imobilizado	11	11.543	10.215
Intangível	12	522	437
		36.682	18.025
Total do ativo		570.488	368.837

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2009	2008
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	23.271	15.318
Fornecedores		32.979	20.721
Obrigações tributárias	17	20.101	55.612
Salários e férias a pagar		37.194	33.035
Dividendos a pagar		17.360	–
Consórcios		19.746	12.973
Outras contas a pagar		4.526	489
		155.177	138.148
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	14	102.774	22.264
Partes relacionadas	9	–	91
Provisão para contingências	15	2.320	3.208
Obrigações tributárias	17	24.654	20.050
		129.748	45.613
Patrimônio líquido			
Capital subscrito		40.000	40.000
Capital a integralizar		–	(2.114)
Reserva legal		7.577	7.577
Reservas para expansão		237.538	139.165
Ajustes de avaliação patrimonial		448	448
		285.563	185.076
Total do passivo e do patrimônio líquido		570.488	368.837

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2009	2008 (reclassificado)
Receita operacional bruta			
Venda de produtos		268.178	657.016
Serviços prestados		1.199.131	980.019
		1.467.309	1.637.035
Deduções			
Tributos incidentes sobre a receita		(108.653)	(197.537)
Devoluções e cancelamentos		(69.186)	(81.125)
		(177.839)	(278.662)
Receita operacional líquida		1.289.470	1.358.373
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados			
Custos dos produtos vendidos		(230.586)	(566.572)
Custos dos serviços prestados		(792.638)	(541.351)
		(1.023.224)	(1.107.923)
Lucro bruto		266.246	250.450
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	19	(67.410)	(75.001)
Despesas financeiras		(30.852)	(14.673)
Receitas financeiras		16.133	6.297
Equivalência patrimonial		(76)	(34.524)
Outras receitas operacionais, líquidas		694	4.192
		(81.511)	(113.709)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias		184.735	136.741
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13	(43.210)	(43.437)
Lucro líquido do exercício		141.525	93.304
Lucro líquido por ação do capital social final - R$			
Número de ações		32.000.000	32.000.000
Lucro por ação		4,42	2,92

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar			Legal	Expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	43.008	–	16.516	–	8.602	–	78.478	146.604
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	(2)	(2)
Aumento de capital	100.606	(2.114)	(16.516)	–	–	–	(12.959)	69.017
Redução de capital	(103.614)	–	–	–	–	–	–	(103.614)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	93.304	93.304
Destinação do lucro:								
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(8.500)	(8.500)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(12.181)	(12.181)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	139.165	(139.165)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	448	–	–	–	448
Reversão de reserva legal	–	–	–	–	(1.025)	–	1.025	–
Saldos em 31 de dezembro de 2008	40.000	(2.114)	–	448	7.577	139.165	–	185.076
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	26.848	–	26.848
Aumento e integralização de capital	–	2.114	–	–	–	–	–	2.114
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	141.525	141.525
Destinação do lucro:								
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(70.000)	–	(70.000)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	141.525	(141.525)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	40.000	–	–	448	7.577	237.538	–	285.563

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2009	2008
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	184.735	136.741
Ajustes por:		
Ajustes de exercícios anteriores	26.848	–
Depreciação e amortização	3.037	2.312
Provisões para contingências	(888)	1.403
Provisão para devedores duvidosos	826	–
Resultado na venda de ativos imobilizados	(82)	(36)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	5.418	4.655
Equivalência patrimonial	(76)	34.524
Imposto pago	(24.091)	(31.731)
	195.727	147.868
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(137.827)	(66.215)
(Aumento) nos estoques	(79.235)	(19.570)
Redução (aumento) em tributos a recuperar	10.651	(42.870)
Redução (aumento) em outros créditos	48.505	(1.927)
Aumento (redução) em fornecedores	12.258	(15.534)
Aumento em salários e encargos sociais	4.159	19.823
Aumento em contas a pagar	4.037	394
Aumento em consórcios	6.773	12.237
(Redução) em obrigações tributárias	(50.026)	31.433
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.022	65.639
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.408)	(3.503)
Venda do imobilizado	40	110
Investimentos, líquidos, em controladas	(10.258)	(122.677)
Baixa de investimentos em controladas	105	841
Partes relacionadas	(7.142)	(1.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(21.663)	(126.322)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	148.211	64.386
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(65.166)	(41.853)
Pagamento de dividendos	(52.640)	(8.500)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	–	(12.181)
Integralização de capital social	2.114	69.017
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	32.519	70.869
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	25.878	10.186
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	45.690	35.504
No fim do exercício	71.568	45.690
	25.878	10.186

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Engevix Engenharia S.A. ("Engevix" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Barueri, Estado de São Paulo foi constituída em 9 de março de 1965. Seu principal controlador é a Jackson Empreendimentos Ltda. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços de engenharia consultiva, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústrias e infra-estrutura, mediante a coordenação e alocação de recursos de engenharia, construção, montagem e fornecimento de equipamentos e componentes, podendo para isso exercer atividades mercantis de compra e venda, importação e exportação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de abril de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, em função da adoção de novos pronunciamentos que passarão a vigorar em 2010, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3 abaixo. **Reclassificação para fins de comparabilidade:** Determinadas informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas para fins de comparabilidade, em consonância com as demonstrações financeiras correntes, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Demonstração de resultado reclassificada

Conta contábil	Posição divulgada em 31/12/08	Ajustes para equiparação das demonstrações	Posição reclassificada em 31/12/08
Custos dos produtos vendidos	(198.250)	(368.322)	(566.572)
Custos dos serviços prestados	(927.060)	385.709	(541.351)
Gerais e administrativas	(57.614)	(17.387)	(75.001)

Demonstração do fluxo de caixa reclassificado

Conta contábil	Posição divulgada em 31/12/08	Ajustes para equiparação das demonstrações	Posição reclassificada em 31/12/08
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	93.304	43.437	136.741
Imposto pago	–	(31.731)	(31.731)
Aumento em obrigações tributárias	43.816	(12.383)	31.433
Pagamento de imposto parcelado	(677)	677	–

As reclassificações acima demonstradas foram efetuadas com o objetivo de melhorar o entendimento das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a evolução na execução dos projetos e serviços realizados até a data-base do balanço, e é auferida pelo faturamento de tais serviços ou medição dos mesmos, com reconhecimento de serviços executados a faturar. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment), provisão para devedores duvidosos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **c) Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Ativos mantidos até o vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva. **Disponível para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados no patrimônio líquido. **Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ativo está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Caso positivo ,a perda cumulativa (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual), menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado (ou no patrimônio, no caso de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda) - é reconhecida na demons-

continua …

… continuação

Engevix Engenharia S.A.

tração do resultado. **d) Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas as práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Os serviços executados a faturar referem-se às medições de projetos que serão faturadas mediante emissão futura de notas fiscais e são registradas pelo valor a ser faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. **g) Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **h) Investimentos:** Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido. **i) Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11. **j) Arrendamento mercantil - Financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 16. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **k) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem licenças adquiridas de programas de computador (softwares) e são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 12. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. **l) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, calculado transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Participações em consórcio:** No resultado as participações em consórcios são reconhecidas em seus respectivos grupos e nas contas do balanço, linha a linha, na proporção do percentual de participação em cada consórcio e o saldo remanescente do ajuste de participação entre as consorciadas é reconhecido no ativo ou no passivo circulante. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia opta pelo diferimento de lucros não-realizados de contratos com entidades governamentais, conforme faculta a norma tributária. Qualquer que seja o prazo de execução de cada unidade, nos contratos de prazo de vigência superior a doze meses com pessoa jurídica de Direito Publico ou empresa sob seu controle, empresa publica, sociedade de economia mista ou sua subsidiaria, é facultado ao contribuinte diferir a tributação do lucro até sua realização. **o) Provisão para contingências:** A Companhia segue as diretrizes da NPC 22, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento e mensuração das contingências ativas e passivas. Dessa forma, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há evidencias que propiciem garantia sobre sua realização e para os quais não cabem mais recursos. Os passivos contingentes, judiciais e legais, são classificados pela administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, em possível, provável ou remoto, sendo as provisões constituídas sobre aqueles que possam ser mensurados e estão classificadas como prováveis. **p) Mudança de prática contábil, estimativas e correção de erros:** As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante, as quais, neste momento, estão em estudos pela companhia. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício a findar em 31 de dezembro de 2009.

a. Pronunciamentos

- CPC 16 – Estoques
- CPC 17 – Contratos de construção
- CPC 18 – Investimentos em coligadas
- CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 30 – Receitas
- CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

b. Interpretações

- ICPC 01 – Contratos de concessão.
- ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008
Caixa e bancos	58.111	12.220
Aplicações financeiras de curto prazo	13.457	33.470
	71.568	45.690

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados basicamente por depósitos a vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 99,5% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 0,13% a 0,40% ao ano mais variação cambial do dólar norte-americano. Vide composição do saldo no quadro abaixo:

		2009	2008
Banco Fibra	Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.000	–
Banco HSBC	Certificado de Depósito Bancário – CDB	240	–
Banco HSBC	Fundo de investimento	–	4.745
Banco Bradesco	Certificado de Depósito Bancário – CDB	952	–
Banco Bradesco	Fundo de investimento	49	1.832
Banco Real	Fundo de investimento	5	–
Banco Real	Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.589	–
Banco do Brasil	Fundo de investimento	–	10.122
Banco Santander	Certificado de Depósito Bancário – CDB	5.708	2.061
Banco Itaú	Certificado de Depósito Bancário – CDB	–	2.060
Banco do Brasil	Certificado de Depósito Bancário – CDB	–	2.596
Banco ABC	Certificado de Depósito Bancário – CDB	–	2.058
Banco Safra – Nova Iorque	Certificado de Depósito Bancário – CDB	471	7.996
Banco JP Morgan – Nova Iorque	Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.443	–
		13.457	33.470

5. Contas a receber de clientes

	2009	2008
Circulante:		
No País	150.794	69.945
No exterior	9.696	–
Serviços executados a faturar	140.621	93.339
Menos: Ajuste para créditos de liquidação duvidosa	(826)	–
	300.285	163.284

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O contas a receber de clientes possui valores referente retenções contratuais, cauções e data-book no montante de R$ 6,6 milhões, bem como valores a receber, no montante de R$ 58.000 originados de empreitadas contratadas por entidades públicas e que apresentaram quebra do equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos. Esses valores estão sendo cobrados de forma administrativa e a sua realização futura depende do desfecho final dos respectivos processos de cobrança.

6. Estoques: Os estoques referem-se a mercadorias adquiridas para consumo ou revenda nos projetos.

7. Impostos a recuperar

	2009	2008
Imp. s/Circulação de Merc. Vendidas e Serviços – ICMS	13.908	30.899
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.363	19.596
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	12.352	1.780
Contribuição p/ Financ. da Seguridade Social – COFINS	4.441	3.363
Programa de Integração Social – PIS	962	721
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	2.600	1.387
Imposto Sobre Serviços – ISS	–	32
Outros	969	468
Circulante	47.595	58.246

8. Outros créditos

	2009	2008
Circulante		
Linhas de Transmissão	–	43.676
Venda de ativos	7.371	13.148
Depósitos judiciais	1.900	2.297
Outros créditos	3.798	2.417
	13.069	61.538
Não-circulante		
Outros	350	386
	350	386

9. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações, principalmente, com sua controladora, como segue abaixo:

Realizável a longo prazo	2009	2008
Jackson Empreendimentos Ltda.	5.970	–
Esmeralda S.A.	870	–
Santa Laura S.A.	106	–
Engevix Angola Engenharia Lda.	255	254
Engevix Engenharia S.A. - Peru	1.033	929
	8.234	1.183
Exigível a longo prazo		
Monel-Monjolinho Energética S.A.	–	91
	–	91

Os mútuos com partes relacionadas não são remunerados e não possuem prazo de vencimento. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros da Diretoria Executiva. A remuneração paga em 2009 monta a quantia de R$ 9.779 (2008 - R$ 9.320).

10. Investimentos

a) Composição dos saldos

	2008			
Empresa	**Participação no capital social (%)**	**Capital social**	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**	**Lucro (prejuízo) do exercício**
Monel - Monjolinho Energética S.A.	0,00002	46.495	55.800	–
Ventech Tecnologia para Soluções em Energia ltda.	50	600	700	–
ENCA Engenharia p/ Indústria de Papel e celulose Ltd.	50	10	862	862
Braspower International Engineering Ltda.	100	1.650	(29)	(2.060)
Engevix Angola Engenharia Lda	55	233	5.538	3.606
Engevix Mexicana S.A. de CV	50	8	526	152
Engevix Engenharia S.A. - Peru	100	81	100	(379)

	2009			
Empresa	**Participação no capital social (%)**	**Capital social**	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**	**Lucro (prejuízo) do exercício**
Ventech Tecnologia para Soluções em Energia ltda.	50	600	600	91
ENCA Engenharia p/ Indústria de Papel e celulose Ltd.	50	–	248	(639)
Braspower International Engineering Ltda.	100	–	–	–
Engevix Angola Engenharia Lda.	55	174	1.960	66
Engevix Mexicana S.A. de CV	50	7	(46)	(6)
Engevix Engenharia S.A. - Peru	100	67	(53)	(801)
Viabahia Concessonária de Rodovia S.A.	20	52.000	(148)	(148)

b) Movimentação dos saldos

	Controladas						Consolidado
	Ventech	**ENCA**	**Braspower**	**Angola**	**Viabahia**	**Outros**	**Total**
Em 31/12/2008	310	775	1.145	3.046	–	528	5.804
Adições	–	–	–	–	10.768	–	10.768
Baixas	–	–	–	–	–	(105)	(105)
Equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	(76)	(76)
Alienação	(10)	(344)	–	–	–	(4)	(358)
Em 31/12/2009	300	431	1.145	3.046	10.768	343	16.033

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido 2009	Saldo líquido 2008
Móveis e utensílios	10%	7.370	(3.985)	3.385	2.888
Veículos	20%	1.332	(507)	825	668
Equipamentos de informática	20%	14.060	(8.309)	5.751	5.946
Aparelhos de engenharia	10%	2.409	(834)	1.575	713
Benfeit. em imóv. de terceiros	10%	222	(215)	7	–
		25.393	(13.850)	11.543	10.215

12. Intangível – Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía registrados os seguintes ativos intangíveis:

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido 2009	Saldo líquido 2008
Software	20%	548	(26)	522	437
		548	(26)	522	437

13. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	184.735
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e Contribuição Social às aliquotas da legislação	62.809
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	
Provisões não dedutíveis	445
Ajuste de Regime Tributário de Transição	(362)
Diferimento de lucro de entidades governamentais (*)	(17.090)
Parcelamento da Lei nº 11.941/09	(1.688)
Outros	(904)
Imposto de renda e contribuição social	43.210
Alíquota nominal combinada efetiva do imposto de renda e contribuição social	23%

(*) A Companhia não contabilizou no exercício de 2009 as provisões referentes ao imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre lucros diferidos do exercício no montante de R$ 17.090 mil (acumulado em 31/12/09, R$ 47.472 mil).

Regime Tributário de Transição: Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderão optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração que, neste momento, indicam a opção pelo RTT.

14. Financiamentos e empréstimos

Curto prazo	**Taxa**	**Vencimento**	**2009**	**2008**
Banco BPN	19,28% a.a.		4.119	–
Banco Votorantim	CDI + 1,55% a.a.		6.108	5.350
Banco do Brasil	CDI + 1,16% a.a.		6.000	5.010
Banco Itaú	CDI + 1,40% a.a.		5.997	4.409
Financiamento FINAME	TJLP + 4,1% a.a.		166	166
Arrendamento mercantil	0,54% a 0,89% a.m.		871	357
Outros			10	26
			23.271	15.318
Longo prazo				
Banco Votorantim	CDI + 1,55% a.a.		–	5.683
Banco do Brasil	CDI + 1,16% a.a.	Fever./11	1.000	8.263
Banco Itaú	CDI + 1,40% a.a.	Fever./11	1.000	6.800
Financiamento FINAME	TJLP + 4,1% a.a.	Junho/11	83	250
Banco do Brasil (*)	TJLP + 6,4% a.a.	Dez./12	100.031	–
Arrendamento mercantil	0,54% a 0,89%a.m.	Nov./12	660	1.268
			102.774	22.264

(*) Refere-se ao contrato firmado com o Banco do Brasil em 11 de dezembro de 2009 com destinação ao financiamento do capital de giro da Companhia, denominado Programa Especial de Crédito (PEC), com a respectiva liquidação do empréstimo em vinte e quatro prestações mensais, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2011. Covenants - caso, na vigência do contrato, for transferido o controle do capital social e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes/administradores ou modificado o estatuto/contrato social sem a expressa concordância, o Banco poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir a sua imediata liquidação. Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2009	2008
2009	–	12.735
2010	1.940	7.487
2011	50.610	1.644
2012	50.224	398
	102.774	22.264

15. Provisão para contingências – A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2009	2008
Trabalhista	2.320	1.009
Civil	–	2.199
	2.320	3.208

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no valor aproximado de R$ 1.862 e R$ 10.000, respectivamente.

16. Arrendamento mercantil – A Companhia possui equipamentos de informática num montante de R$ 2.613 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração médio de três anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro o montante de R$ 301 relativo a despesas financeiras e R$ 473 relativo à despesas com depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagtos. mínimos 2009	Juros 2009	Pagtos futuros mínimos 2009	Valor presente dos pagtos. mínimos 2008	Juros 2008	Pagtos futuros mínimos 2008
Até um ano	1.137	266	1.403	357	96	453
De um ano e até cinco anos	873	213	1.086	1.268	361	1.629

17. Obrigações tributárias

	2009	2008
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias Vendidas e Serviços – ICMS	–	24.476
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.077	22.044
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.188	1.576
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4.866	1.916
Programa de Integração Social – PIS	962	725
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	–	1.153
Imposto Sobre Serviços – ISS	5.844	3.722
Outros	164	–
Subtotal – Circulante	20.101	55.612
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	16.894
Parcelamento de impostos federais - Lei 11.941/09 (*)	24.654	–
PIS e COFINS (PAES)	–	1.253
INSS (PAES)	–	1.903
Subtotal - Não-circulante	24.654	20.050

(*) Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

O Conselho de Administração da Companhia aprovou sua adesão ao pro-

continua …

… continuação **Engevix Engenharia S.A.**

grama de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09 e efetuou o levantamento dos seguintes tributos: • PIS e COFINS para os períodos de 2005 a 2008, revisão da sistemática cumulativa e não-cumulativa, bem como adoção do diferimento das receitas provenientes de contratos com entidades não governamentais das referidas apurações, causando um impacto de R$ 2.305 no resultado do exercício e gerando, em 31 de dezembro de 2009, um passivo de R$ 3.626. • IRPJ e CSLL para os períodos de 2007 e 2008, revisão das bases de cálculos dos referidos tributos no intuito de minimizar eventuais riscos na apuração destes tributos. O passivo em 31/12/09, montou em R$ 15.958 e não afetou o resultado do exercício. • Cancelamento a adesão ao Parcelamento Especial - PAES referente a débitos federais diversos e do INSS, com intuito de quitar estes montantes no menor prazo do que o estipulando no parcelamento anterior, causando um impacto de R$ 312 no resultado do exercício e gerando, em 31 de dezembro de 2009, um passivo de R$ 2.215. • Sobre os recálculos efetuados e acima descritos houve um imposto líquido de juros e multas no resultado e no passivo exigível a longo prazo no valor de R$ 2.855.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2009, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 32.000.000 (32.000.000 em 2008) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Descrição	Percentual %	Quantidades de ações
Jackson Empreendimentos Ltda.	99,999600	31.999.872
Outros	0,0004	128
	100	32.000.000

b. Reservas: • Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva para expansão: A reserva par expansão refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administrados da Companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **c) Remuneração aos acionistas:** Na ata da assembléia geral extraordinária de 07 de maio de 2009 a companhia decidiu distribuir dividendos sobre os resultados auferidos com base no balanço encerrado em 31/12/2008 no montante de R$ 70 milhões. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião de assembléia ficou decidida a distribuição de dividendos do exercício de 2008 no montante de R$ 70.000 mil, cujo R$ 52.640 mil já foram distribuídos no exercício de 2009 e R$ 17.360 mil permanecem no passivo circulante a ser distribuído. Para o resultado do exercício de 2009, a administração decidiu pela não distribuição em função de reinvestimento na operação e em novos projetos.

19. Despesas administrativas	2009	2008
Salários e serviços prestados à áreas administrativas	(42.618)	(46.388)
Materiais	(906)	(3.439)
Taxas (IPTU, IPVA, demais taxas)	(1.119)	(883)
Aluguel (imóveis, máquinas e equipamentos)	(9.729)	(8.719)
Viagens e Estadas	(2.272)	(2.277)
Demais despesas (seguro, refeição, telefone, luz, doações, etc)	(7.609)	(8.798)
Contingências	(120)	(2.199)
Depreciação e amortização	(3.037)	(2.298)
	(67.410)	(75.001)

20. Instrumentos financeiros – a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **b. Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. **c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. **d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **e) Risco de mercado:** *Risco com taxa de juros* – O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. *Risco com taxa de câmbio* - O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício. **21. Cobertura de seguros** – Em 31/12/2009, a Companhia possuía cobertura de seguro de seus ativos imobilizados, por valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros. Adicionalmente, a companhia como parte das obrigações de seus contratos de prestação de serviços contrata seguros específicos para cada projeto, a fim de assegurar a conclusão do serviço, bem como assegurar a integridade das obras que estão em andamento. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

Presidente – Gerson de Mello Almada

Conselheiros Efetivos

José Antunes Sobrinho, José Augusto Arantes Savasini, Luiz Cruz Schneider, Roger Ibrahim Karan, Ademar Toshimassa Kajita

Conselheiro Suplente – Cristiano Kok

Diretoria Executiva

Cristiano Kok – Presidente
Gerson de Mello Almada, José Antunes Sobrinho

Vice Presidências

Edson Bouer, Wilson Vieira, José Carlos Mendes Lopes, Lailton Vieira Xavier, Rodolfo de Souza Pinto, Daniel M. A. Peres

Diretores

Santo Bertin Neto – **Diretoria Regional**
Luiz Bianchi – **Diretoria Regional**
Ciro Júlio Schmitt – **Diretoria de Tecn. Informação**
Carlo Filippini – **Diretoria da Qualidade e SMS**
Alessandro Carraro – **Diretoria Internacional**
Artur Henrique M. Filho – **Diretoria Rec. Humanos**

Diretoria Técnica

Yoshiaki Fujimori, Osmar Tessmer, Marco Aurélio Fernandes, Luiz Roberto Pereira, Silvano Custódio Albertoni, Eduardo Minoru Nagao, Sergio Luiz de Freitas Capellão

Contador

Helio Maia Rufino – CRC-SP 1SP 188.736/O-3

Parecer dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração, Administradores e Acionistas da
Engevix Engenharia S.A. – São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Engevix Engenharia S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. **2.** Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.** Conforme descrito na nota explicativa nº 13 a Companhia não contabilizou no exercício de 2009 as provisões referentes ao imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre lucros diferidos do exercício no montante de R$ 17.090 mil. Adicionalmente, reverteu contra patrimônio líquido a título de ajustes de exercícios anteriores, entre outros, valores anteriormente constituídos de imposto de renda e contribuição social, perfazendo um total de passivos fiscais diferidos não contabilizados em 31 de dezembro de 2009 no montante de R$ 47.472 mil. Dessa forma o resultado do exercício está impactado pelo valor de R$ 17.090 mil e o patrimônio líquido e o passivo de longo prazo apresentados não contemplam o efeito da não contabilização dos passivos fiscais diferidos no montante de R$ 47.472 mil. **4.** Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engevix Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5.** As demonstrações financeiras da Engevix Engenharia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 28 de abril de 2009. São Paulo, 19 de abril de 2010.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 14.428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador
CRC 1SP 152.233/O-6-

COMPANHIA RURAL AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO

CNPJ nº 04.850.758/0001-70

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs.Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, acompanhado das Notas Explicativas esclarecedoras das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 10 de Fevereiro de 2010.

A Diretoria

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - Em Reais

Ativo	31.12.2009	31.12.2008	Passivo	31.12.2009	31.12.2008
Circulante	**19.118.166,82**	**31.204.158,83**	**Circulante**	**1.537.771,10**	**239.818,16**
Disponibilidades	12.574,01	14.418,81	Obrigações e Contribuições à Recolher	-	25.868,21
Investimentos	19.105.592,81	31.189.740,02	Impostos à Pagar	-	13.677,62
Ativo Não Circulante	**15.646.266,50**	**2.512.399,98**	Provisão p/Pagamento de Férias	82.106,44	82.106,44
Despesas Antecipadas	-	6.197,79	Contas à Pagar	1.214.773,76	5.167,92
Impostos à Compensar	2.332.610,50	2.149.808,69	Provisão p/Contribuição Social	43.661,50	14.249,24
Contas à Receber	3.500,00	3.500,00	Provisão p/Imposto de Renda	97.229,40	23.748,73
Imobilizado	555.471,26	352.893,50	Compromisso p/Compra de Imóveis	100.000,00	75.000,00
Investimentos	12.754.684,74	-	**Não Circulante**	**33.226.662,22**	**33.476.740,65**
			Contas à Pagar	30.918.215,64	30.918.215,64
			Capital Social	2.258.933,20	2.258.933,20
			Reservas de Lucros	86.741,29	86.741,29
			Resultados Acumulados	(37.227,91)	212.850,52
Total do Ativo	**34.764.433,32**	**33.716.558,81**	**Total do Passivo**	**34.764.433,32**	**33.716.558,81**

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - Em Reais

Despesas (Receitas) Operacionais	31.12.2009	31.12.2008
Despesas Administrativas e Encargos Sociais	27.747,58	962.080,50
Despesas Financeiras	1.481,54	28.170,58
Despesas Tributárias	198,24	60.768,22
Outras Despesas Administrativas	161.856,91	417.137,50
Despesas Patrimoniais	396,24	45,00
Despesas Eventuais	13.627,51	1.021.136,02
Perda na Variação do Percentual de Particip.	450.610,04	-
Variação de Invest. Soc. Coligada/Controlada	143.705,22	-
Receitas Financeiras	(690.435,75)	(1.992.369,86)
Receitas de Locação de Imóveis	-	(655.285,00)
Resultado Antes das Provisões	**(109.187,53)**	**158.317,04**
Provisão p/Contribuição Social	43.661,50	14.249,24
Provisão p/Imposto de Renda	97.229,40	23.748,73
Lucro Líquido do Exercício	**(250.078,43)**	**120.319,07**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - Em Reais

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reservas de Lucros	Res. Acumulados	Totais
Saldo em 31.12.2007	**1.608.933,20**	**80.725,34**	**268.547,40**	**1.958.205,94**
Aumento do Capital Social	650.000,00	-	-	650.000,00
Dividendos Distribuídos	-	-	(170.000,00)	(170.000,00)
Resultado do Exercício	-	-	120.319,07	120.319,07
(-) Reserva Legal	-	6.015,95	(6.015,95)	-
Saldo em 31.12.2008	**2.258.933,20**	**86.741,29**	**212.850,52**	**2.558.525,01**
Resultado do Exercício	-	-	(250.078,43)	(250.078,43)
Saldo em 31.12.2009	**2.258.933,20**	**86.741,29**	**(37.227,91)**	**2.308.446,58**

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - Em Reais

Atividades Operacionais	**(249.682,19)**	**120.364,07**
Lucro Líquido do Período	(250.078,43)	120.319,07
Depreciações	396,24	45,00
Acréscimo e Decréscimo de Ativos	**(13.134.262,76)**	**(140.943,45)**
Aplicação Financeira	-	(128.539,66)
Impostos à Compensar	(182.801,81)	-
Contas à Receber	6.197,79	(9.697,79)
Acréscimo do Imobilizado	(202.974,00)	(2.706,00)
Acréscimo de Investimentos	(12.754.684,74)	-
Acréscimo e Decréscimo de Passivos	**1.297.952,94**	**(79.023,19)**
Obrigações e Encargos à Recolher	(25.868,21)	(23.378,99)
Impostos à Pagar	(13.677,62)	(12.586,00)
Contas à Pagar	1.209.605,84	(5.060,23)
Provisão p/CSLL	29.412,26	(14.249,24)
Provisão p/IRPJ	73.480,67	(23.748,73)
Compromisso p/Compra de Imóveis	25.000,00	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes a Caixa	**(12.085.992,01)**	**(99.602,57)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	31.204.158,83	31.303.761,40
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	19.118.166,82	31.204.158,83
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes a Caixa	**(12.085.992,01)**	**(99.602,57)**

Investimentos em Coligadas e Controladas

Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Nossa Participação no Patrimônio Líquido – Porcentagem	Nossa Participação no Patrimônio Líquido – Valor
MSJM-Empreend.e Part.S/A	8.600.000,00	6.960.094,61	(129.461,15)	99,406976%	6.918.819,58
Limeiratec Tecnologia S/A	7.400.000,00	6.337.509,77	(23.143,21)	64,864865%	4.110.817,16

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2009

1 - Contexto Operacional - A empresa tem por objeto Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente . **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As Demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram elaboradas de acordo com às disposições contidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil. **3 - Principais Práticas Contábeis** - Os Investimentos estão representados por aplicações registradas ao custo de aquisição, e de acordo com cada aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2009. O Imobilizado está contabilizado pelo custo de aquisição, e a depreciação calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e reconhecida no resultado do exercício. Os investimentos contabilizados no ativo não circulante referem-se a investimentos em sociedades coligadas e controladas e estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a sociedade em 2009, passou a ter participação societária nas empresas MSJM - Empreendimentos e Participações S/A e na Limeiratec Tecnologia S/A. As receitas e despesas foram contabilizadas pelo regime de competência. O regime tributário adotado pela empresa no ano calendário de 2009, foi o de lucro real. O capital social totalmente subscrito e parte integralizado, está representado por 5.000.000 de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de cada uma. A provisão para contribuição social sobre o lucro, foi constituída conforme previsto na legislação à alíquota de 9% sobre o resultado do exercício ajustado. A provisão para o imposto de renda, foi constituído à alíquota de 15% sobre o resultado do exercício ajustado. No contas a pagar, está registrado o saldo a integralizar das subscrições efetuadas no exercício nas empresas MSJM - Empreendimentos e Participações S/A e na Limeiratec Tecnologia S/A. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, consistem em numerário disponível na sociedade, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalente de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa são: Caixa e saldos em bancos -12.574,01; Aplicações financeiras de curto prazo - 19.105.592,81 : Caixa e equivalentes de caixa - 19.118.166,82. São Paulo, 10 de fevereiro de 2010.

Antranik Kissajikian - Diretor Superintendente **Maria José Sales Norte** - Contadora - CRC 1SP060707/O-5

IGAPORÃ PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 39.089.883/0001-93

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a administração da IGAPORÃ PARTICIPAÇÕES S/A apresenta as suas demonstrações financeiras resumidas referente ao exercício de 2009. O relatório da administração e as notas explicativas encontram-se à disposição na sede da empresa.

São Paulo, 31 de março de 2010

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (em MR$)

Ativo	2009	2008
Circulante	84	84
Não Circulante	836.921	-
Permanente	16.982	16.987
Investimentos	16.982	16.987
Total do Ativo	**853.987**	**17.071**

Passivo	2009	2008
Não Circulante	836.991	65
Patrimônio Líquido	**16.996**	**17.006**
Capital	10.715	10.715
Reserva de capital	959	959
Lucros acumulados	5.322	5.332
Total do Passivo	**853.987**	**17.071**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (em MR$)

Despesas e (Receitas) Operacionais	2009	2008
Gerais, vendas e administrativas	(5)	-
Outros resultados operacionais	(5)	-
	(10)	-
Prejuízo Operacional	**(10)**	**-**
Prejuízo Líquido do Exercício	**(10)**	**-**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Exercício Findos em 31 de Dezembro - (em MR$)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2009	2008
Lucro (Prej.) líq. antes do Imp. Renda e Contrib. Social	(10)	-
Ajustes	10	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**-**	**-**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (em MR$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2007	**10.715**	**959**	**5.332**	**17.006**
Em 31 de Dezembro de 2008	**10.715**	**959**	**5.332**	**17.006**
Prejuízo do exercício	-	-	(10)	(10)
Em 31 de Dezembro de 2009	**10.715**	**959**	**5.322**	**16.996**

Roberto Ramos Fernandes
Diretor Presidente

Gilberto Cipullo
Diretor

Robson Ederaldo de Mello
Contador CRC1SP189409/O-4